

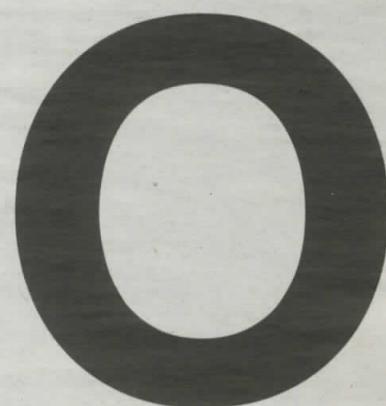
## ENSAIO

# O Banco Asiático de Investimento, Portugal e as relações transatlânticas

A participação portuguesa no Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas não se faz contra os EUA ou em seu detimento



**PAULO GORJÃO**  
Professor Universitário. Director do Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS) e assistente na Universidade Lusíada de Lisboa, foi director-adjunto da revista "Política Internacional". Licenciado em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada de Lisboa, tirou um mestrado em Ciência Política na Universidade Católica de Lovaina, na Bélgica. Colabora com a FLAD



GOVERNO português manifestou a sua intenção de aderir, como membro fundador, ao Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (BAII). Não são conhecidos detalhes sobre os prós e contras que foram tidos em conta no processo de decisão. No comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros apenas se refere que a participação portuguesa pretende criar melhores condições para as empresas portuguesas que pretendam participar em projectos de investimento em infraestruturas na Ásia. O comunicado é totalmente omisso sobre a vertente geopolítica, mas é altamente provável que o Governo português se tenha debatido exactamente com os mesmos dilemas com que se confrontaram os seus congêneres europeus. Os Estados Unidos da América (EUA) não escondem a sua hostilidade perante o BAII, na medida em que este constitui um claro desafio, liderado pela China, à hegemonia norte-americana no âmbito do Banco Mundial e do FMI.

Em retrospectiva, a estratégia norte-americana revelou-se um fracasso, curiosamente tendo sido o Reino Unido o grande responsável pelo seu desmoronamento. Como era expectável, a partir do momento em que o Governo britânico rompeu o embargo, outros se seguiram, como foi o caso de Portugal.

Em choque estiveram duas abordagens distintas. Os EUA olharam para o desafio chinês estritamente de um ponto de vista geopolítico e delinearam uma política de contenção. Perante o desafio colocado pelo challenger, o Governo norte-americano procurou conter e isolar o

BAII, nomeadamente na sua expressão ao nível do número de Estados-membros fundadores. Os EUA têm perfeita consciência do desafio que a China representa para a sua hegemonia e para as regras da ordem internacional instituídas após a II Guerra Mundial. Naturalmente, a actual administração norte-americana procura fazer frente e eliminar, ou adiar no pior dos cenários, a emergência da China. No fundo, é ao seu próprio declínio que os EUA procuram resistir. Neste âmbito, o BAII é um entre diversos desafios colocados pela China a que os EUA têm procurado responder nos últimos anos.

Os Estados europeus valorizaram menos o lado geopolítico da questão e responderam através de uma política de cooperação. Evidentemente, a Europa prefere um mundo dominado pelos EUA, para responder à pergunta colocada por Teresa de Sousa no Público. Isto dito, por várias razões, a abordagem norte-americana parecia ter bases pouco sólidas. Na Europa existe uma noção generalizada de que o BAII surge, em larga medida, por responsabilidade norte-americana. O modelo de governação do FMI e as respectivas quotas foi revisto e aprovado em 2010, mas desde essa altura que aguarda sine die a sua aprovação no Congresso norte-americano. A resposta chinesa tem, nessa medida, uma certa dose de legitimidade e conta, por isso, com a

compreensão europeia.

Paralelamente, os Estados europeus argumentaram que a sua presença permitiria moldar as regras de funcionamento que estarão na base da criação do BAII. Por outras palavras, é mais útil trabalhar a partir de dentro do que estar à margem. Não é certo que o consigam, sem uma posição negocial conjunta, mas em todo o caso o argumento é conceptualmente válido. No caso de Portugal, tendo a sua diplomacia uma forte componente multilateral, fazia todo o sentido, também por isso, ser um membro fundador.

Mas à questão da legitimidade, ou da falta dela, bem como a elaboração das regras de funcionamento, juntou-se o interesse de curto prazo. Os Estados europeus pretendiam, cada um à escala dos seus interesses, garantir uma fatia dos ganhos potenciais. Como acima se referiu, por exemplo, o Governo português procurou salvaguardar que as empresas portuguesas estariam em boas condições — ou que, no mínimo, não seriam prejudicadas — quando quiserem participar em projectos na região asiática.

Nada disto, como é óbvio, diminui a importância que Portugal atribui à relação transatlântica. No Diário de Notícias era referido que "fontes da maioria" achavam normal a adesão de Portugal ao BAII tendo em conta a "pouca consideração" dos EUA "pelos interesses" portugueses, por exemplo no que se refere à Base das Lajes. Pura miopia e total falta de noção do que está em jogo. Com ou sem Base das Lajes em processo de renegociação, Portugal deveria sempre aderir ao BAII. Não há, por isso, qualquer razão para eventuais políticas de retaliação. Acresce que a participação portuguesa no BAII não se faz contra os EUA ou em seu detimento.

É certo que Portugal tem vindo a aprofundar as suas relações com a China, o que, de certo modo, está a redefinir a sua geografia política. Mas a relação com os EUA continua a ser um vector central e insubstituível da política externa portuguesa.

**Os EUA têm perfeita consciência do desafio que a China representa para a sua hegemonia e para as regras internacionais**

O modelo de governação do FMI foi aprovado em 2010, e desde aí aguarda sine die aprovação no Congresso norte-americano

**FUNDAÇÃO  
LUSO-AMERICANA**